



**GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**Gabinete Civil da Governadoria**

**DECRETO Nº 5.997, DE 20 DE AGOSTO DE 2004.**

- Revogado pelo Decreto nº 8.818, de 29-11-2016, art. 17.

~~Cria o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional—CONESAN e dá outras providências.~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente a do art. 7º, § 10, inciso II, da Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o que consta do Processo nº-24560286;~~

**~~D E C R E T A:~~**

~~Art. 1º—Fica criado, na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional—CONESAN, órgão consultivo, de assessoramento e articulação entre o Governo do Estado e a sociedade civil, com a finalidade de formular diretrizes para as políticas estaduais e ações nas áreas de segurança alimentar e nutricional.~~

~~Art. 2º—Compete ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional—CONESAN:~~

~~I—formular as diretrizes da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e definir prioridades que visem a garantia do direito da pessoa humana à alimentação;~~

~~II—propor e pronunciar-se sobre:~~

~~a) o plano estadual, as ações, os programas e os projetos prioritários na área de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos, anualmente, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento geral do Estado;~~

~~b) as formas de articulação e mobilização da sociedade civil organizada, no âmbito da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando as prioridades;~~

~~c) a realização de estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional;~~

~~d) a organização e implementação das conferências estaduais e regionais de segurança alimentar e nutricional que forem convocadas;~~

~~III—estabelecer relações de cooperação e troca de experiência com os demais Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional da Região Centro-Oeste e com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional—CONSEA.~~

~~Parágrafo único. O CONESAN estimulará a criação de conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional, com eles mantendo relações de cooperação mútua.~~

~~Art. 3º—O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional—CONESAN é integrado por 30 (trinta) conselheiros, sendo 2/3 (dois terços) deles indicados pela sociedade civil organizada e 1/3 (um terço) pelo Poder Executivo.~~

~~§ 1º—Caberá ao Poder Executivo definir os seus representantes incluindo-se entre eles os das seguintes Secretarias de Estado, empresas de economia mista e instituição de ensino superior:~~

~~I—Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;~~

~~II—Secretaria de Cidadania;~~

~~III—Secretaria do Trabalho;~~

~~IV—Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento;~~

~~V—Secretaria da Educação;~~

~~VI—Secretaria da Saúde;~~

~~VII—Secretaria de Indústria e Comércio;~~

~~VIII—Companhia Nacional de Abastecimento—CONAB;~~

~~IX—Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária—EMBRAPA;~~

~~X—Universidade Estadual de Goiás—UEG.~~

~~§ 2º—A definição da representação da sociedade civil deverá ser estabelecida através de consulta pública aos, entre outros, seguintes setores:—~~

~~I—movimentos sindicais, de empregados e empregadores urbanos e rurais;~~

~~II—associações de classes, profissionais e empresariais;~~

~~III—instituições religiosas e de ensino;~~

~~IV—movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais;~~

~~V—Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.~~

~~§ 3º—As instituições representadas no CONESAN devem ter efetiva atuação no Estado, especialmente as que trabalham com alimentação, nutrição, educação e organização popular.~~

~~Art. 4º—Os membros do CONESAN, juntamente com os seus suplentes, serão nomeados por ato do Governador do Estado, para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.~~

~~§ 1º—O CONESAN será presidido por um conselheiro representante da sociedade civil, escolhido por seus pares, na reunião de instalação dos seus trabalhos.~~

~~§ 2º—Poderão ser convidados a participar das reuniões do CONESAN, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representam a sociedade civil, sempre que da pauta constar matéria de sua área de atuação.~~

~~§ 3º—A participação dos conselheiros no CONESAN é considerada serviço público relevante não remunerado.~~

~~Art. 5º—O Conselho a que se refere o art. 1º contará com quatro câmaras temáticas permanentes, que prepararão as propostas a serem por ele apreciadas.~~

~~§ 1º—As câmaras temáticas serão compostas por conselheiros designados pelo plenário do CONESAN, observadas as condições estabelecidas no seu regimento interno.~~

~~§ 2º—No processo de elaboração das propostas a serem submetidas ao plenário do CONESAN, as câmaras temáticas poderão convidar representantes da sociedade civil, de órgãos e entidades públicas e técnicos afeitos aos temas nelas em estudo.~~

~~Art. 6º—O Conselho criado por este Decreto poderá instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.~~

~~Art. 7º—Cabe à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento assegurar ao CONESAN, assim como às suas câmaras temáticas e grupos de trabalho, os meios necessários ao pleno exercício de suas atividades, incluindo-se suportes administrativo e técnico, e recursos financeiros para esse fim alocados.~~

~~Art. 8º—O CONESAN elaborará e aprovará o seu regimento interno em até 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua instalação.~~

~~Art. 9º—Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.~~

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, 20 de agosto de 2004, 116º da República.

**MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR**

Ivan Soares de Gouvêa

José Carlos Siqueira

José Mário Schreiner

**(D.O. de 25-8-2004)**

***Este texto não substitui o publicado no D.O. de 25-8-2004.***

Autor	Governador do Estado de Goiás
Legislação Relacionada	Lei Ordinária Nº 13.456 / 1999
Órgãos Relacionados	Conselho Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Poder Executivo Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA Secretaria de Estado da Educação - SEDUC Secretaria de Estado da Saúde - SES Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços - SIC Universidade Estadual de Goiás - UEG
Categoria	Política pública alimentar